SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA

José Luiz Fiorin

UNESP - Araraquara

"Eu tenho a vista e a visão,
Soldei concreto e abstrato".

MURILO MENDES

A Lingüística conheceu nas últimas décadas duas situações opostas: fastígio e desprestígio. Foi considerada, por muito tempo, a ciência-piloto das demais ciências humanas. Nessa época, transplantaram-se seus conceitos para as demais ciências e foram eles usados de forma metafórica e abusiva. Foi o período da exorbitância da linguagem. Quando Lévi-Strauss reduz as sociedades a um sistema de trocas de objetos, de mulheres e de palavras, comete graves equívocos como juntar elementos não submetidos à lei da escassez natural (palavras) a elementos sujeitos a ela (mercadorias e mulheres); como reunir uma instituição cujas mudanças se fazem de maneira imperceptível e não por meio de sujeitos sociais (o sistema lingüístico) e instituições que são alteradas de maneira brusca por sujeitos sociais; como considerar a troca e não a produção o fundamento último das sociedades. Mas não somente Lévi -

Strauss adotou essa atitude, também Lacan e outros. Por todos esses equívocos, a Lingüística tornou-se responsável. Ao mesmo tempo, os lingüistas começaram a sentir as insuficiências da teoria e a estreiteza do seu objeto de estudos, a colocar problemas novos que foram ajuntando-se ao clássico objeto da Lingüística como espécies de anexos mais ou menos heterogêneos em relação ao corpo da teoria. A Lingüística começa, então, a viver a sua crise epistemológica.

Lembremos rapidamente algumas formulações de Saussure. Quando lança ele as bases da Lingüística moderna, ao constatar que a linguagem é um "fenômeno multiforme e heteróclito", estabelece a dicotomia *langue/parole*. Deixa bem claro, ao constituir uma lingüística da *langue*, que se poderia construir também uma lingüística da *parole*, embora não fosse este o seu objetivo. Em segundo lugar, ao mostrar que a língua é uma instituição social, ressalta a sua singularidade dentre as demais instituições. É curioso que todos os que identificaram linguagem e sociedade, linguagem e inconsciente, linguagem e mito se tenham declarado discípulos de Saussure, embora, na realidade, não tenham feito outra coisa senão desrespeitar uma das formulações básicas do mestre genebrino que é a de que a língua não se confunde com as demais instituições sociais.

A linguística da *langue* começa a constituir-se: a fonologia de Praga, o Círculo de Copenha

gen, o funcionalismo de Paris, o distribucionalismo americano, etc., etc., etc. Mas o modelo torna-se cada vez mais insuficiente. Novos problemas se colocam: o problema do uso da linguagem, dos atos de fala, da contextualização, das relações entre linguagem e sociedade, das condições de produção do discurso, da argumentação, da enunciação, da textualização. O número das novas questões que se discutem é imenso.

Ocorre também, nesse período, uma reordenação do conjunto das disciplinas filosóficas. Durante muito tempo, a ontologia ocupou lugar de destaque entre as disciplinas filosóficas com a sua preocupação com o ser. Cedeu lugar depois à epistemologia, que busca compreender o conhecimento, isto é, a relação sujeito - objeto. A constatação de que a relação entre o sujeito e o mundo não é transparente, mas é mediatizada pela linguagem, provoca uma nova alteração dentro da filosofia, surgindo, assim, uma nova proto-filosofia.

A semiótica surge, pois, de uma dupla necessidade: de um lado, criar uma teoria homogênea para explicar o processo de produção e compreensão do sentido; de outro, constituir uma nova proto-filosofia. Segundo Herman Parret, a semiótica é a proto-filosofia da nossa época, estando no lugar já ocupado sucessivamente pela ontologia e pela epistemologia. Essa proto-filosofia não é, necessariamente, a semiótica já constituída, mas uma abordagem semiótica, cuja especifi

cidade é a afirmação da tripolaridade sujeito-linguagem-objeto. Sendo a proto-filosofia de nossa época, a semiótica não é uma disciplina como as outras nem uma interdisciplina, mas uma transdisciplina, pois trabalha nas fronteiras das demais disciplinas. Isso significa que a semiótica não pode ocupar o lugar da lingüística, mas deve oferecer a essa ciência as suas aquisições teóricas.

O objetivo fundamental da teoria semiótica é explicitar as condições de produção e de compreensão do sentido que está presente nas diferentes semióticas que se manifestam quer pelas línguas naturais quer por outros meios de expressão. Uma semiótica tem, pois, que explicar o funcionamento do discurso , pois é este a única realidade que se apresenta para o falante/ouvinte.

Alguns projetos semióticos partem da idéia de que o sentido se constrói num percurso gerativo que vai do mais abstrato e geral ao mais concreto e figurativo. Cada um dos patamares do percurso gerativo de sentido é suscetível de receber uma descrição metalingüística adequada. Cada um deles contém seus elementos pertinentes e suas regras de relação e cada um retoma, enriquece e ordena, por meio de procedimentos de conversão, os elementos do patamar anterior.

O projeto semiótico greimasiano, por exemplo, admite esse mecanismo como o meio básico de

engendramento do sentido. Nele, temos um nível profundo que opera com os valores mínimos de conteúdo, ou seja , com as estruturas elementares que condicionam a produção e a compreensão da significação em geral. Nesse nível, há uma sintaxe que estuda relações e operações com esses valores mínimos e uma semântica que analisa os valores que são investidos nessas relações fundamentais . Os valores mínimos de conteúdo são *classemas*, que, quando redundantes, constituem uma isotopia semântica, e *semas nucleares* . A combinação desses elementos produz os efeitos de sentido. Os *semas nucleares* definem os sememas e os *classemas* permitem a sua contextualização. Se o projeto parasse nesse ponto, ele não passaria de mais uma semântica de cunho componencialista, que não permitiria explicar a produção do discurso, mas se limitaria a explicar a combinatória dos lexemas no interior das frases. Não é isso, porém, o que ocorre com esse projeto.

O nível superior ao nível fundamental é o nível narrativo. Distinguem-se narratividade (= sucessão de estados e transformações), presente em todo discurso, e narração, que é um tipo particular de discurso. Há nesse nível uma sintaxe, que descreve as operações de transformação narrativa, e uma semântica, que estuda os objetos de valor aí investidos.

Os dois primeiros níveis constituem a competência semiótica do falante. O terceiro nível,

o discursivo, constitui a perfomance. A instância responsável pela passagem da competência à perfomance é a enunciação. O nível discursivo possui uma sintaxe que, trabalhando com os mecanismos de debreagem e embreagem enunciativas e enuncivas, espacializa, temporaliza e actorializa as estruturas narrativas. Possui também uma semântica, que estuda temas e figuras, que revestem o arcabouço abstrato da narratividade.

Esse projeto apresenta problemas, porque estão na sua origem três gestos: a narratologia, o estruturalismo e a fenomenologia. A narratologia que está na base do projeto é a de Propp e de Brémond, que vêem a narrativa como um elemento a-histórico, uma vez que descartam dela a presença do tempo. Daí, passa-se a considerar o mundo natural, a cidade, a sociedade como uma narrativa atemporal. Com o estruturalismo, entra no projeto a ideologia da morte do sujeito. Da fenomenologia de Merleau-Ponty, origina-se a concepção de diferença, que é definida em termos de percepção, o que causa uma certa dificuldade numa teoria que se quer formalista, pois o conceito de diferença definido em termos de percepção é substancialista. Mas, apesar desses problemas, a idéia do percurso gerativo de sentido, que precisa, é evidente, ser reformulado, é extremamente fecunda, pois permitirá integrar, de forma homogênea, diversos problemas que têm preocupado lingüistas, semiólogos e semioticistas.

Quando a semiótica começou a estudar a narrativa o que pretendia era elaborar uma teoria da ação que explicasse os diferentes tipos de fazer: pragmático e cognitivo, manipulatório ou sancionador, etc. O problema dos atos da fala encontraria o seu lugar numa teoria geral da ação, pois o fazer comunicativo é um tipo de fazer, apresentando, portanto, em relação a outros, conjunções e disjunções.

Ao estabelecer que a enunciação é a instância que opera a passagem da competência à perfomance, coloca não só o problema da enunciação, mas abre caminhos para a constituição de uma teoria da fala, uma teoria do discurso. Coloca também o problema do sujeito na linguagem e, portanto, das condições de produção discursiva. Se é verdade que a enunciação é efeito do enunciado, deve-se notar que nem toda enunciação é enunciada. Ela não está apenas empiricamente marcada no enunciado. É preciso um esforço de interpretação (transposição de sentido), é necessário preencher um espaço elíptico para se chegar a ela. Como é um sujeito dotado de uma competência ideológica e de uma competência passional que projeta a enunciação, o seu deciframento é da ordem da ideologia e do sentimento, ou seja, da intersubjetividade, da evocação das competências ideológica e passional.

Há, segundo Herman Parret, três componentes proto-teóricos no conceito de enunciação: subjetivi-

dade, racionalidade e intencionalidade. Essa protò-teoria não é um objeto semiótico. Deve ela ser traduzida pelos conceitos de modalização e deictização.

É uma subjetividade objetivada que produz a enunciação. Essas condições de subjetividade objetivada de produção do sentido são semioticamente descritíveis não por análise, mas por catálise, método que ainda não mereceu a devida atenção dos lingüistas e semioticistas. Por não ser o sujeito objeto de análise, a racionalidade não pode ser reconstruída nem como uma sintagmática, que funcionaria como um pensamento causal, nem como uma paradigmática, mas poderia sê-lo por uma lógica inferencial que estudasse as causas por que a enunciação foi feita, julgasse-as e avaliasse o seu valor . A intencionalidade seria analisada não em termos de categorialidade, mas em termos de tensividade gradual.

Ao interpretar a subjetividade objetivada, a racionalidade e a intencionalidade do sujeito da enunciação, chegar-se-ia às determinantes ideológicas e pulsionais que incidem sobre o sujeito da enunciação e condicionam o que enunciar e como enunciar. Ao afirmar que a comunicação é uma relação entre enunciador e enunciatário, a semiótica abre caminho para o estudo da argumentação e da relação entre recepção e produção do sentido.

Há ainda um nível no percurso gerativo

de sentido: o da manifestação. Ela ocorre quando um plano de conteúdo se encontra com um plano de expressão, que, como já dissemos, pode ser uma língua natural ou qualquer outro meio de expressão (gestual, visual, etc.). Esse é o lugar da Lingüística. Deve ela estudar todos os meios para a manifestação verbal do sentido produzido: meios mórficos, sintáticos e fônicos, etc. Quando a semiótica tenta não só construir uma teoria de competência, mas também uma teoria da perfomance permite que os problemas da gramática do texto, como, por exemplo, o estudo dos mecanismos de coesão, integrem-se harmoniosamente à teoria. Possibilita também que a estilística não seja um ramo um tanto marginal dos estudos lingüísticos. Mostra que há efeitos de sentido que são criados no nível da manifestação por meio da conformidade estrutural dos dois planos de linguagem: o conteúdo e a expressão.

Qual é, pois, a relação entre a Semiótica e a Lingüística? Não vai ela tomar o lugar da Lingüística, substituí-la, jogá-la na lata do lixo da história, pois a Lingüística tem um objeto específico, que é estudar os meios verbais, tanto no âmbito da competência como no da perfomance, de manifestação do sentido. A função da Semiótica, ao estudar o processo de engendramento de sentido, é uma função integradora, é a de explicar como o homem produz e compreende elementos significantes. Ao fazer isso, ela respeitará

a Lingüística, pois acreditará no postulado saussuriano da singularidade e da especificidade da língua e, ao mesmo tempo, colocará em prática o programa saussuriano que previa que a Linguística seria parte de uma ciência mais geral, que seria chamada Semiologia e que estudaria a produção das práticas significantes. Mas o programa de Saussure não pára aí. Para ele, a Semiologia integrar-se-ia numa disciplina mais vasta, a Psicologia Social. Substituiríamos o que Saussure chamou, certamente por influência das idéias científicas do seu tempo, Psicologia Social por Ciência da História. A Semiótica deve integrar a Ciência da História, pois não podemos esquecer-nos de que ela faz parte das chamadas ciências do homem e, como tal, deve ter como seu objetivo o que Guimarães Rosa chamava o "homem humano", deve ajudá-lo a resolver os problemas que a significação lhe coloca.

Quase tudo está por fazer. Esboça-se a construção de uma semiótica. Estamos ainda longe de fazer dessa semiótica uma parte da Ciência da História.

Devem servir como programa para nós os versos de Drummond:

"É hora de recomeçar tudo de novo,
sem ilusão e sem pressa,
mas com a teimosia do inseto
que busca um caminho no terremoto".